

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial
em 30|06|2022

29 | AGO | 2022



accredito

Conteúdo

• RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
• RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
• DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
○ BALANÇO PATRIMONIAL	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15

Relatório de Administração

A ACCREDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Sociedade”) tem por objeto a originação de operações de crédito voltadas ao atendimento das necessidades dos microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas no Estado de São Paulo, provendo-lhes capacidade financeira para o desenvolvimento e consolidação de suas atividades para aumentar a sustentabilidade para os pequenos negócios. Tem como meta, propiciar maior acesso e melhor fluidez do crédito, contribuindo para a elevação do nível de concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Outro diferencial relevante é a desburocratização da concessão de crédito, pois toda a solicitação de empréstimo e acompanhamento das etapas de processamento da operação é feita pelo interessado, por intermédio de plataforma eletrônico (Web), utilizando-se smartphones, tablets ou computadores. A automação de todo o processo, inclusive a ferramenta de aprovação de crédito, permite aumento significativo na escala dos negócios, condição considerada de grande relevância quando confrontado com o nosso público-alvo.

No 1º semestre de 2022, a Sociedade desenvolveu e implementou os seguintes produtos financeiros: a) Conta Digital para os tomadores de crédito; b) Operação de Capital de Giro com juros pré-fixados, com prazo máximo de 12 meses; c) Campanha Capital de Giro - Coração de Mãe, válida para o período de 20 de abril a 31 de maio de 2022, com isenção de pagamento do valor relativo aos juros incidentes nas parcelas a partir do 8º mês até a parcela do 12º mês; d) Adesão na Campanha de Renegociação de Dívidas promovida pelo SEBRAE Nacional, no período de 6 a 30 de junho de 2022, com a isenção de juros remuneratórios, mora e multa para as prestações vencidas e não pagas de contratos concedidos até 31 de dezembro de 2021.

A Sociedade gerou empregos, possuindo 34 empregados em 30 de junho de 2022, (24 empregados em 31 de dezembro de 2021; 20 empregados em 30 de junho de 2021) e contribuiu no 1º semestre de 2022 com os seguintes valores:

Rubricas	R\$ mil
Salários, honorários da diretoria e outros proventos	1.819
Encargos sociais	511
Benefícios e treinamento a empregados	526
Impostos sobre receitas	239

A Sociedade também reteve e arrecadou impostos federais na fonte sobre os pagamentos realizados e liberações de operações de crédito no montante de R\$ 489 mil no 1º semestre (R\$ 919 mil no exercício de 2021).

São Paulo, 22 de agosto de 2022.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Aos
Acionistas e Administradores da
ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A., em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o Semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade

ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédo dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de reais

1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e de 31 de Dezembro de 2021

A T I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		45.209	60.557
DISPONIBILIDADES	4	908	1.251
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		30.095	44.887
Títulos e valores mobiliários	5	30.095	44.887
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		13.660	13.986
Operações de crédito	6	13.660	13.986
OUTROS ATIVOS		546	433
Outros créditos - Diversos	7	382	400
Despesas antecipadas		164	33
NÃO CIRCULANTE		15.853	7.128
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		14.380	5.680
Títulos e valores mobiliários.	5	6.460	-
Operações de crédito	6	7.920	5.680
IMOBILIZADO DE USO	8	370	369
Outras imobilizações de uso		478	442
(Depreciações acumuladas)		(108)	(73)
INTANGÍVEL	9	1.103	1.079
Ativos Intangíveis		1.304	1.211
(Amortização acumulada)		(201)	(132)
TOTAL DO ATIVO		61.062	67.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e de 31 de Dezembro de 2021

PASSIVO	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		1.006	757
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		44	-
Depósitos		44	-
OUTROS PASSIVOS		962	757
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		20	2
Fiscais e previdenciárias	10	216	229
Diversas	11	726	526
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.056	66.928
Capital:	12.a	75.000	75.000
De Domiciliados no país		75.000	75.000
Ajustes de avaliação patrimonial	12.b	(7)	(1)
(Prejuízos acumulados)		(14.937)	(8.071)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.062	67.685

A DIRETORIA

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

	NE	30/06/22	30/06/21
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.969	1.369
Operações de crédito		2.628	967
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.341	402
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.124)	(122)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(5.124)	(122)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(155)	1.247
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(6.711)	(3.902)
Receitas de prestação de serviços		43	49
Despesas de pessoal	13	(2.859)	(2.063)
Outras despesas administrativas	14	(3.270)	(1.718)
Despesas tributárias		(239)	(91)
Outras receitas operacionais		3	1
Outras despesas operacionais		(389)	(80)
RESULTADO OPERACIONAL		(6.866)	(2.655)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(6.866)	(2.655)
PREJUÍZOS DOS SEMESTRES		(6.866)	(2.655)
Nº de ações		75.000	75.000
Prejuízos por ação.....R\$		(92)	(35)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30/06/2022 e 2021

	30/06/22	30/06/21
RESULTADO LÍQUIDO DOS SEMESTRES	(6.866)	(2.655)
RESULTADO ABRANGENTE	(6)	-
Ajustes que serão transferidos para resultados:		
Ajuste TVM	(6)	-
	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(6.872)	(2.661)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30/06/2022 e 2021

Semestre de 01/01/22 a 30/06/22				
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/22	75.000	(1)	(8.071)	66.928
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		(6)	-	(6)
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre			(6.866)	(6.866)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/22	75.000	(7)	(14.937)	60.056
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(6)	(6.866)	(6.872)
Semestre de 01/01/21 a 30/06/21				
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21	75.000	(189)	(2.442)	72.369
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		183		183
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre			(2.655)	(2.655)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21	75.000	(6)	(5.097)	69.897
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	183	(2.655)	(2.472)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Semestres findos em 30/06/2022 e 2021

	1º-SEM-22	1º-SEM-21
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízos dos semestres	(6.866)	(2.655)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	105	89
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	5.124	122
Ajustes de avaliação patrimonial no resultado	(6)	183
	(1.643)	(2.261)
Varição de Ativos e Obrigações		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	1.293	3.335
(Aumento) redução de outros ativos	(113)	(29)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	44	-
Aumento (redução) em outros passivos	205	316
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(214)	1.361
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(36)	(23)
Inversões líquidas no intangível	(93)	(339)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(129)	(362)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(343)	999
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	1.251	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	908	1.000

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
 Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 43 - Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios e a emissão de moedas eletrônicas, nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Sociedade realiza atividades somente por meio de plataforma eletrônica, sendo vedada a captação de recursos junto ao público, exceto por aumento de capital com emissão de novas ações.

A Associação Comercial de São Paulo, detém 100% das ações e em janeiro de 2021 iniciou as suas atividades operacionais, disponibilizando operações de empréstimos, financiamentos de investimento fixo e antecipação de recebíveis de duplicatas/cartões de crédito, tudo em conformidade com sua política de crédito. No primeiro semestre de 2022, implantou a conta digital para os tomadores de crédito com serviços de arrecadação de contas de consumo, pagamentos de boletos bancários, transferências de recursos - TED/DOC.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo permanente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações financeiras, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de agosto de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil.

Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Programa de Integração Social - PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas na nota explicativa nº 8.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. Disponibilidade

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

As aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 905 (R\$ 1.250 em 31 de dezembro de 2021) referem-se à aplicação em Letras do Tesouro Nacional realizada em 30 de junho de 2022, com compromisso de revenda para 1º de julho de 2022, reconhecida pelo valor da aplicação acrescido do rendimento pro rata.

5. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Carteira Própria	30/06/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro	6.460	6.132
Certificados de Depósitos Bancários	30.095	38.755
Total	36.555	44.887

Os certificados de depósitos bancários rendem 104% da variação do CDI, e estão livres para resgate imediato.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Curva	Mercado	Mercado
Em 30/06/2022				
Curto prazo				
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	30.095	30.095	-
Longo prazo				
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	6.467	6.460	7
Total Geral		36.562	36.555	7

Título	Vencimento	Curva	Mercado	Mercado
Em 31/12/2021				
Curto prazo				
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2022	6.133	6.132	1
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	38.755	38.755	-
Total Geral		44.888	44.887	1

6. Operações de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	18.391	14.386	8.068	5.552	26.460	19.938
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	757	657	663	520	1.419	1.177
Aquisição de Direitos Creditórios -Jurídica	1.069	796	-	-	1.069	796
Total	20.217	15.839	8.731	6.072	28.948	21.911

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(5.816)	(1.786)	(689)	(380)	(6.505)	(2.166)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(333)	(57)	(122)	(12)	(456)	(69)
Aquisição de Direitos Creditórios-Jurídica	(408)	(10)	-	-	(407)	-
Provisão total	(6.557)	(1.853)	(811)	(392)	(7.368)	(2.245)
Total Geral	13.660	13.986	7.920	5.680	21.580	19.666

Classificação das operações de crédito por nível de risco:

a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
A	8.459	8.280	230	323	183	407	8.872	9.010
B	1.434	1.468	170	186	66	177	1.670	1.831
C	771	1.331	2	73	-	212	773	1.616
D	920	793	22	7	194	-	1.136	800
E	694	637	3	13	175	-	872	650
F	856	434	2	15	236	-	1.094	449
G	833	802	4	-	-	-	837	802
H	4.425	641	324	40	216	-	4.965	681
Total	18.392	14.386	757	657	1.070	796	20.219	15.839

b) Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
A	4.658	3.563	346	259	-	-	5.004	3.822
B	1.033	707	190	198	-	-	1.223	905
C	722	528	-	53	-	-	722	581
D	697	259	6	3	-	-	703	262
E	221	130	1	-	-	-	222	130
F	338	87	-	1	-	-	338	88
G	235	158	5	-	-	-	240	158
H	164	120	114	6	-	-	278	126
Total	8.068	5.552	662	520	-	-	8.730	6.072

c) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
A	13.116	11.843	576	582	183	407	13.875	12.832
B	2.467	2.175	360	384	66	177	2.893	2.736
C	1.493	1.859	2	126	-	212	1.495	2.197
D	1.617	1.052	28	10	194	-	1.839	1.062
E	915	767	4	12	175	-	1.094	779
F	1.194	521	2	17	236	-	1.432	538
G	1.068	960	9	-	-	-	1.077	960
H	4.589	761	438	46	216	-	5.243	807
Total	26.459	19.938	1.419	1.177	1.070	796	28.948	21.911

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2022			31/12/2021		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	13.116	0,5%	65	11.843	0,5%	59
B	2.468	1,0%	24	2.175	1,0%	22
C	1.492	3,0%	45	1.859	3,0%	56
D	1.617	10,0%	162	1.052	10,0%	105
E	915	30,0%	275	767	30,0%	230
F	1.194	50,0%	598	521	50,0%	261
G	1.067	70,0%	747	960	70,0%	672
H	4.589	100,0%	4.589	761	100,0%	761
Total	26.458		6.505	19.938		2.166

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2022			31/12/2021		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	576	0,5%	3	582	0,5%	3
B	360	1,0%	4	384	1,0%	4
C	2	3,0%	-	126	3,0%	4
D	27	10,0%	3	10	10,0%	1
E	5	30,0%	1	12	30,0%	3
F	3	50,0%	1	17	50,0%	8
G	9	70,0%	6	-	70,0%	-
H	438	100,0%	438	46	100,0%	46
Total	1.420		456	1.177		69

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2022			31/12/2021		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	183	0,5%	1	407	0,5%	2
B	66	1,0%	1	177	1,0%	2
C	-	3,0%	-	212	3,0%	6
D	194	10,0%	19	-	10,0%	-
E	175	30,0%	52	-	30,0%	-
F	236	50,0%	118	-	50,0%	-
G	-	70,0%	-	-	70,0%	-
H	216	100,0%	216	-	100,0%	-
Total	1.070		407	796		10

Concentração das operações de crédito:

Percentual em relação ao total das operações de crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos de capital de giro - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	28	31	0,1%	0,2%
Maior devedor	93	87	0,4%	0,4%
Menor devedor	1	1	0,0%	0,1%
Financiamentos de capital fixo - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	35	31	2,5%	2,6%
Maior devedor	106	104	7,5%	8,8%
Menor devedor	2	2	0,1%	0,2%
Aquisição de direitos creditórios - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	15	99	1,4%	12,5%
Maior devedor	216	212	20,2%	26,6%
Menor devedor	1	13	0,1%	1,6%

Concentração por quantidade de clientes

10 maiores devedores	2.069	5,88%
20 maiores devedores	3.506	9,97%
50 maiores devedores	6.959	19,82%
100 maiores devedores	12.145	34,58%

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 80 e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 100. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 8 de julho de 2027.

Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

	Empréstimos de Capital de Giro 30/06/2022	Empréstimos de Capital de Giro 31/12/2021	Financiamentos de Capital Fixo 30/06/2022	Financiamentos de Capital Fixo 31/12/2021	Aquisição de Direitos Creditórios 30/06/2022	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2021	Total 30/06/2022	Total 31/12/2021
Vencidas:								
Mais de 180 dias	632	17	28	-	217	-	877	17
De 91 a 180 dias	1.080	167	52	5	250	-	1.382	172
De 61 a 90 dias	452	150	20	6	104	-	576	156
De 31 a 60 dias	472	249	22	10	97	78	591	337
Até 30 dias	611	427	31	21	115	137	757	585
Total Vencido	3.247	1.010	153	42	783	215	4.183	1.267
A vencer:								
Até 30 dias	1.324	1.213	60	33	172	325	1.556	1.571
De 31 a 60 dias	1.115	1.138	55	58	84	170	1.254	1.366
De 61 a 90 dias	1.163	1.097	54	49	21	63	1.238	1.209
De 91 a 180 dias	3.955	3.347	148	167	10	23	4.113	3.537
De 181 a 360 dias	7.589	6.581	286	308	-	-	7.875	6.889
Total Ativo Circulante	18.393	14.386	603	657	1.070	796	20.219	15.839
De 361 a 720 dias	7.105	5.343	487	398	-	-	7.592	5.741
Acima de 721	962	209	176	122	-	-	1.138	331
Total Ativo Não Circulante	8.067	5.552	663	520	-	-	8.730	6.072

Operações de crédito por atividade econômica:

Atividade:	30/06/2022	31/12/2021
Comercio	12.085	8.986
Industria de transformação	3.490	2.090
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	2.278	2.037
Atividades administrativas e serviços complementares	2.403	1.896
Alojamento e alimentação	2.334	1.634
Construção civil	1.214	1.306
Transporte e armazenagem	975	1.039
Informação e comunicação	1.148	732
Outras atividades de serviços	758	634
Educação	882	592
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	307	299
Saúde humana e serviços sociais	564	230
Atividade imobiliária	196	183
Artes, cultura, esporte e recreação	275	178
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e Aquicultura	-	22
Eletricidade e gás	-	9
Outras atividades	39	44
Total	28.948	21.911

Os juros referentes ao segundo 1º semestre de 2022, totalizaram R\$ 2.628, (no semestre findo em 30 de junho de 2021 R\$ 967), e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	2.245	2
Provisão constituída no semestre	5.123	2.243
Saldo final do período	<u>7.368</u>	<u>2.245</u>

7. Outros créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar (a)	218	326
Outros:	164	74
Adiantamentos e antecipações salariais	66	9
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	22
Devedores diversos no país	98	43
Total	<u>382</u>	<u>400</u>

(a) Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa (R\$ 82 em 30 de junho de 2022 e R\$ 82 em 31 de dezembro de 2021) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 30 de junho de 2022 no montante de R\$ 136 (R\$ 244 em 31 de dezembro de 2021).

8. Imobilizado de uso

	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 30/06/2022	Saldo Líquido em 31/12/2021
Mobiliário	187	10%	(31)	156	152
Equipamento de Processamento de Dados	268	20%	(72)	196	198
Outros equipamentos	23	20%	(5)	18	19
Total	<u>478</u>		<u>(108)</u>	<u>370</u>	<u>369</u>

9. Intangível

	Custo de Aquisição	Taxa de Amortização	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 30/06/2022	Saldo Líquido em 31/12/2021
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos	1.065	10%	(72)	993	924
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados	239	33,33%	(129)	110	155
Total	<u>1.304</u>		<u>(201)</u>	<u>1.103</u>	<u>1.079</u>

Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

10. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher:		
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	15	8
Impostos e contribuições sobre salários	146	184
Outros impostos e contribuições	55	37
Total	216	229

11. Provisões

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para pagamentos a efetuar:		
Despesas de pessoal a pagar (a)	366	189
Despesas administrativas a pagar	130	192
Auditoria	107	35
Despesas com publicidade e divulgação	-	43
Despesas comerciais	-	27
Outros pagamentos	113	11
Subtotal	716	497
Outras:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	10	29
Subtotal	10	29
Total	726	526

(a) A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

12. Patrimônio líquido (cotas em unidades)

a) Capital social

O capital social de R\$ 75.000 está composto por 75.000.000 ações, subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos

disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Em 30 de junho de 2022 foram constituído o ajuste no montante de R\$ 6, restando R\$ 7 que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos em 30 de junho de 2022. Em 30 de junho de 2021 a reversão foi de 183 em razão da alienação de títulos, restando R\$ 1.

13. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Honorários da diretoria e conselho de administração	815	749
Proventos	1.004	670
Encargos sociais	511	386
Benefícios	524	257
Treinamento	2	1
Remuneração de estagiário	3	
Total	<u>2.859</u>	<u>2.063</u>

14. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Aluguel	66	60
Comunicação	20	13
Manutenção de Bens	16	-
Material consumido	11	13
Processamento de dados	793	268
Promoções e relações publicas	46	7
Propaganda e publicidade	758	387
Publicações	4	59
Serviços do sistema financeiro	467	421
Serviços de terceiros	88	22
Serviços técnicos especializados	712	365
Transporte	19	3
Viagens	29	1
Depreciações e amortizações	105	89
Outas despesas administrativas	136	10
Total	<u>3.270</u>	<u>1.718</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(6.866)	(2.656)
Adições de despesas não dedutíveis	42	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.124	(124)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(1.700)	(2.532)
(-) 30% de compensação de prejuízos fiscais	-	-
Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL	(1.700)	(2.532)
Imposto de renda - 15%	-	-
IRPJ - 10% parcela adicional	-	-
Contribuição social - 9%	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 30 de junho de 2022 a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 7.526, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional - CMN e Resolução BCB nº 15 não terem sido atendidos.

16. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Conselho de Administração:** órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.
- **Diretoria Executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor

Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;

- **Conselho Fiscal:** composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

Risco de mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado.

A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

Risco socioambiental

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- **Primeira Linha de Defesa:** representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias.
- **Segunda Linha de Defesa:** representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa.
- **Terceira Linha de Defesa:** Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

17. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações com partes relacionadas

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 66 (R\$ 60 em 30 de junho de 2021) e reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 16 (R\$ 12 em 30 de junho de 2021). Não existem outras transações com parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

No semestre encerrado em 30 de junho de 2022 houve pagamento de honorários aos administradores da Distribuidora no montante de R\$ 815 (R\$ 749 em 30 de junho de 2021).

18. Demais judiciais

Durante o exercício a Sociedade é autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não existiam processos considerados como risco de perda possível.

19. Resultado não recorrente

Em 30 de junho de 2022 e 2021 inexistem resultado não recorrente.

20. Análise de sensibilidade

Considerando seu perfil, todas as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. A exceção são as operações de crédito contratadas até 31 de julho de 2021, período em que a Sociedade utiliza taxas de juros pré-fixadas. As taxas médias das operações de crédito com taxas pré-fixadas contratadas até 31 de julho de 2021, existentes em 30 de junho de 2022, era de 1,88% ao mês para os empréstimos de capital de giro e de 1,76% para financiamentos de capital fixo. As operações de Capital de Giro pré-fixadas com prazo máximo de 12 meses, contratadas a partir de 1º de março de 2022, tem suas taxas fixadas com base na curva de juros da Selic futura, média de 2,81% ao mês, sendo a posição:

	Saldo em 30/06/2022	Rentabilidade Futura Projetada, até vencimento da operação
Capital de Giro Até 31/07/2021	9.127	1.099
Capital Fixo Até 31/07/2021	912	178
Capital de Giro - 12 meses	1.058	169

A análise de sensibilidade indica que a Sociedade terá uma rentabilidade inferior a taxa Selic na hipótese daquela taxa superar 25% ao ano, hipótese em que indica uma perda de rentabilidade de aproximadamente R\$ 207 para uma taxa Selic de 30% ao ano e de R\$ 423 para uma taxa Selic de 35% ao ano.

21. Outros assuntos

A Sociedade iniciou suas atividades operacionais após a crise provocada pelo Covid19 e adaptou seu plano de negócios aos efeitos daquela situação. Apesar das dificuldades

geradas pela crise, a Sociedade cumpriu seus objetivos e conseguiu concluir a implantação de suas atividades, realizando as primeiras operações de crédito a partir de setembro de 2020.

Para aprovação das operações de crédito a Sociedade já considerou os efeitos provocados pela crise da Covid19 na situação econômico-financeira dos mutuários, avaliando a capacidade de pagamento no cenário de crise.

As operações de crédito foram realizadas após a publicação das Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional, que, portanto, não provocaram nenhum impacto nas demonstrações financeira de 30 de junho de 2022 e 2021.

22. Eventos subsequentes

Prosseguindo as suas atividades a Sociedade está concluindo a parceria com o BNDES para integração com a plataforma Canal MPME para oferecimento das linhas de financiamentos de Capital de Giro, Investimento Fixo e Antecipação de Recebíveis de Duplicatas e Cartões de Crédito da ACCREDITO, que deverá estar disponível ainda neste segundo semestre de 2022.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre/2022, e à vista do Relatório de Auditores Independentes, manifestaram parecer positivo para os referidos documentos.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre/2022, e à vista da opinião dos Auditores Independentes e do parecer positivo do Conselho Fiscal, recomendando a este Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do 1º semestre/2022 e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

CONSELHO FISCAL:

ANTONIO CARLOS PELA
RENATO GENNARO
PAULO ROBERTO PISAURO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)
ALFREDO COTAIT NETO
NILTON MOLINA
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

DIRETORIA:

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)
LUIZ NOBORU SETO
GILBERTO FIORAVANTE

CONTADOR:

REINALDO DANTAS
CRC 1SP11033/O-6



www.accredito-scd.com.br
Rua Boa Vista, 43
4º andar - Centro
São Paulo/SP - CEP 01014-911
Tel.: +55 11 3188-3410